



**Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde  
Coordenação de Gestão da Educação na Saúde  
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO  
Secretaria Executiva**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES**

1 Às nove horas e trinta minutos de vinte e três de agosto de dois mil e treze, a Secretária  
2 Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite –  
3 CIES/CIB-TO – Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana conduziu a terceira reunião  
4 ordinária, com os seguintes representantes: **Adeusvi M. dos Santos/Titular – CIR Amor**  
5 **Perfeito; Adson C. Miranda/Titular – CIR Cerrado Tocantins Araguaia; Andrea Siqueira**  
6 **Montalvão/DAPS – Titular; Andreis V. da Costa/Titular – CGES; Ellys Symone Gomes de**  
7 **Arruda/Suplente – DPAS; Fernanda C. B. Moura C. Queiroz/Suplente – CIR Capim Dourado;**  
8 **Irani Schellin Milech/Titular – CIR Cantão; Karina Maschietto L. Assis/Suplente – CGES;**  
9 **Linvalda R. H. de Araújo/Titular – ETSUS; Lucione de O. Negre/Suplente – CIR Amor Perfeito;**  
10 **Maria Conceição Nunes Brito/Suplente – COSEMS; Maria Lúcia de O. Sousa/Suplente –**  
11 **SINTRAS; Maria Luiza Salazar Freire/Titular – DGAE; Neirton José de Almeida/Titular – CES;**  
12 **Raimundo Cavalheiro Neto/Suplente – CEE; Sayonara B. S. Guimarães/Suplente – CECT;**  
13 **Shirley Stofer/Suplente - IE Pública Técnica.** Senhora Márcia Valéria – SE iniciou a reunião  
14 solicitando que todos se apresentassem devido a presença de novos membros. Passou à  
15 leitura dos itens de pauta: **1. Leitura da pauta para pactuação e aprovação. 2. Momento**  
16 **Formativo. 2.1. Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde – PAREPS.**  
17 **Expositora: Karina Maschietto – CGES/ASSECTI; 3. Observações de alterações e aprovação**  
18 **da ata da II Reunião Ordinária de 18/06/2013; 4. Apresentações e Esclarecimento: 4.1.**  
19 **Reuniões Comissão de Gestão e Acompanhamento Local – CGAL – Solicitante:**  
20 **CIES/Expositora: Andréa S. Montalvão – Membro CIES/CIB-TO; 4.2. PET Saúde Redes –**  
21 **Solicitante/Expositora: Michelle Filgueira; 4.3. Encontros de Mobilização da Educação**  
22 **Permanente - Solicitante/Expositora: Socorro Albuquerque – CGES/NAEP; 4.4. Status PAS**  
23 **2013 da Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO - Solicitante/Expositora:**  
24 **Márcia Valéria R. de Queiroz Santana – ETSUS/CGES; 4.5. TV ABEn – locais das Unidades**  
25 **Estaduais de Saúde destinados à realização do curso – Solicitante/Expositora: Márcia**



26 **Cristina Godoy Siqueira – ETSUS/CEP.** Senhora Wilma Galvão solicitou inclusão de pauta para  
27 Apresentação e Esclarecimento, item **4.6. Curso de Gestão da Vigilância e Proteção à Saúde –**  
28 **Solicitante/Expositora: Wilma Galvão – FUNTROP.** Senhora Márcia Valéria solicitou inclusão  
29 do item **5. Informes. 5.1. Curso em Gestão de Redes de Atenção à Saúde –**  
30 **Solicitante/Expositor: Daniel Borine – MS, item 5.2. Questões administrativas da CIES –**  
31 **Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – Responsável pela CIES/CIB-TO** e, em caso de não  
32 haver quórum para iniciar reunião extraordinária para Consenso das propostas de alteração  
33 do Regimento Interno, inclusão do item para **Apresentação e Consenso: Proposta para**  
34 **Consenso do Regimento Interno.** Senhora Márcia Valéria justificou que houve duas reuniões  
35 anteriores para apresentação e consenso das propostas de alteração do Regimento Interno,  
36 porém não houve quórum e que hoje seria apresentada a proposta para consenso de  
37 alteração do Regimento com quórum mínimo para reunião devido à necessidade de colocá-lo  
38 em conformidade com as novas regiões de saúde. Senhora Linvalda também solicitou a  
39 inclusão do **item 5.3. Informativo PROFAPS Região Norte – Solicitante/Expositora: Linvalda**  
40 **Araújo – SESAU/ETSUS.** Pauta aprovada com alterações. O Item 2. Momento Formativo ficou  
41 para ser apresentado ao final da reunião devido a atraso justificado pela Senhora Karina  
42 Maschietto via telefone. Passou-se ao item **3. Observações de alterações e aprovação da ata**  
43 **da II Reunião Ordinária de 18/06/2013.** Sem sugestões de alteração, ata aprovada. Senhora  
44 Márcia Valéria solicitou ao Senhor Daniel Borine/MS que fizesse a apresentação do informe  
45 **5.1. Curso em Gestão de Redes de Atenção à Saúde** devido a vídeo conferência sobre o  
46 Programa “Mais Médicos”, a ser realizada onde o mesmo deverá estar presente. Senhor  
47 Daniel informou que está divulgando o Curso em Gestão de Redes de Atenção à Saúde  
48 promovido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Osvaldo Cruz –  
49 ENSP/FIOCRUZ. Informou que o edital está em processo de elaboração e que este deverá sair  
50 no final do ano ainda, mas que está em fase de levantamento de demanda para saber  
51 quantas vagas serão disponibilizadas. Disse que o curso será a distância com três módulos  
52 presenciais e que o Ministério da Saúde não custeará as despesas de deslocamento e diárias,  
53 ficando estas a cargo do gestor municipal ou do próprio indicado pelo gestor. Senhor Daniel  
54 continuou informando que o curso tem 412 (quatrocentos e doze) horas, sendo 52 (cinquenta  
55 e duas) horas presenciais e que o local das aulas presenciais não está definido, dependendo



56 do levantamento e das inscrições por Estado para que o Ministério defina as Instituições onde  
57 estas aulas irão ocorrer e que alguns locais que já estariam fechados são Manaus/AM e São  
58 Luiz/MA. Explicou que, a princípio, o Estado do Tocantins tem quatro vagas por Comissão  
59 Intergestores Regionais - CIR, dez vagas para sub-projeto QualiSUS Rede na Região Norte  
60 contemplando três CIRs e duas vagas para Secretaria de Estado da Saúde. Disse que está  
61 sendo encaminhado para as regiões de saúde Ficha para Captação de Demanda (distribuída  
62 na reunião para os membros representantes de CIR) e que como são duas mil vagas para o  
63 curso, caso outros estados não preencham as vagas, pode-se pedir o remanejamento destas.  
64 Senhora Márcia Valéria – ETSUS/CGES informou que o levantamento de demanda será feito  
65 até vinte de setembro de 2013, devendo a Ficha de Captação de Demanda e/ou a lista com os  
66 interessados juntamente com todos os dados contidos na ficha, ser encaminhado para o e-  
67 mail da CIES/CIB-TO para repasse ao Ministério. Senhor Daniel esclareceu que como não será  
68 custeado pelo Ministério, não há exigência de que seja servidor, porém tem alguns requisitos  
69 exigidos, conforme folheto de divulgação, como ser indicado pelo gestor municipal, estadual  
70 ou federal, experiência profissional no sistema de saúde, em cargos de gerência ou de apoio  
71 institucional e/ou em processos de formação. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGAE questionou  
72 quais seriam os critérios de distribuição das vagas para as CIRs já que estas são compostas por  
73 membros do Estado e dos municípios e Senhora Márcia Valéria esclareceu que houve já a  
74 discussão de que cada rede temática deveria ter uma vaga para um apoiador e que ficou  
75 pactuado que a Senhora Rafaela Pizani que agora está como apoiadora de todas as redes, fará  
76 a captação de demandas dos apoiadores de rede. Lembrou ainda que é importante que os  
77 interessados tenham nível superior completo. Passou-se ao item **4.2. PET Saúde Redes –**  
78 **Solicitante/Expositora: Michelle Filgueira - Coordenadora do PET Saúde Redes.** Senhora  
79 Michelle apresentou os projetos aprovados para o Programa de Educação pelo Trabalho para  
80 a Saúde - PET-Saúde/Redes de Atenção 2013/2015. Disse que os cursos envolvidos foram os  
81 de Medicina, Enfermagem e Nutrição – UFT PALMAS e o de Serviço Social – UFT MIRACEMA,  
82 sendo as redes temáticas selecionadas a de Cuidados à Pessoa Com Deficiência e Atenção à  
83 Saúde Indígena. Os temas a serem trabalhados são: Telessaúde como ferramenta de Apoio à  
84 Atenção à Saúde Indígena; Combate ao alcoolismo na área Akwe-Xerente através da  
85 valorização da cultura e da interconexão de saberes (biomédico e tradicional indígena); e



86 Fluxo da rede de serviços no processo de cuidado da Pessoa com Deficiência. Colocou que  
87 cada tema é composto por um grupo formado por um tutor, seis preceptores, doze alunos  
88 bolsistas e dois alunos voluntários. Passou-se ao item **4.1. Reuniões Comissão de Gestão e**  
89 **Acompanhamento Local – CGAL – Solicitante: CIES/Expositora: Andréa S. Montalvão –**  
90 **Membro CIES/CIB-TO.** Senhora Andréa disse que a Comissão de Gestão e Acompanhamento  
91 Local – CGAL é nova e surgiu a partir da necessidade do Programa de Educação pelo Trabalho  
92 - PET em que dentro do edital pede para que seja criada essa Comissão para  
93 acompanhamento dos programas de Educação em Saúde do Ministério. Colocou que a  
94 primeira reunião onde ela esteve representando a CIES foi dia 04/07 onde houve discussão da  
95 importância da Comissão e que como encaminhamento saiu a necessidade da criação do  
96 Regimento Interno. Disse ainda que na reunião dia 02/08 foi apresentado a Minuta do  
97 Regimento Interno que ainda está em fase de construção, pois foram discutidos alguns  
98 pontos a serem fechados. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS disse que a proposta é  
99 interessante, mas levantou a questão onde esta comissão está vinculada. Senhora Andréa  
100 disse que à Universidade Federal do Tocantins - UFT e é composta pela CIES, ETSUS,  
101 Instituições de Ensino, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, representantes do PET e que  
102 tem como objetivo o acompanhamento dos Programas. Senhora Márcia Valéria – CGES/SE  
103 disse que nos PETs anteriores o município de Palmas estava à frente para não perder os  
104 prazos, mas que agora com a pessoa da Michelle Filgueira na coordenação do PET, esse  
105 chamamento está sendo feito pela Universidade. Senhora Andréa esclareceu ao Senhor  
106 Neirton - CES que PRO-SAÚDE é o Programa Nacional de Reorientação da Formação  
107 Profissional em Saúde. Senhora Márcia Valéria – CGES/SE colocou que se for necessidade da  
108 Comissão, diante de novos membros, pode-se realizar momento formativo sobre os  
109 Programas do Ministério da Saúde voltados para a Educação em Saúde e deixou o convite  
110 feito à Senhora Michelle Filgueira para a próxima reunião. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS  
111 disse que poderia ser incluído nesses programas o Internato Rural, que poderia estar levando  
112 futuros médicos, enfermeiros, assistentes sociais e que já este já existe em Palmas, Miracema  
113 e em outros municípios. *“Verificar se o gestor municipal tem interesse e coloque estrutura  
114 para receber esses futuros profissionais e que quanto mais se conhecer esses programas, mais  
115 poderá aproveitar esse tipo de iniciativa.”* – acrescentou Senhora Linvalda. Passou-se ao item



116 **4.3. Encontros de Mobilização da Educação Permanente - Solicitante/Expositora: Socorro**  
117 **Albuquerque – CGES/NAEP.** Senhora Socorro apresentou os objetivos e metas do Núcleo de  
118 Articulação da Educação Permanente – NAEP. Colocou que o objetivo geral é fazer articulação  
119 da Educação Permanente junto aos municípios do Estado do Tocantins e os objetivos  
120 específicos são: divulgar a Política de Educação Permanente em Saúde - PNEPS aos municípios  
121 e demais entidades/órgãos que se faça necessário; fazer/promover articulação entre os NEPs  
122 Hospitalares e NEPs Municipais; e fomentar a descentralização da CIES nos municípios  
123 contactados. Apresentou as metas contidas na Programação Anual de Saúde – PAS de 2013,  
124 sendo elas: realizar 01 (uma) oficina para capacitar técnicos dos NEPs municipais e realizar 10  
125 (dez) encontros técnicos nas Regiões de Saúde. Explicou que o recurso financeiro da oficina  
126 está dentro da Assessoria de Gestão Educacional – ASSEGE e que o recurso para os encontros  
127 nas regiões de saúde está assegurado dentro das PAS da CIES. Senhora Socorro disse que em  
128 relação à meta apresentada já foram realizados sete encontros contemplando as Regiões de  
129 Saúde Bico do Papagaio, Cerrado Tocantins Araguaia, Capim Dourado, Médio Norte Araguaia  
130 e Cantão, estando previstos para a próxima semana um encontro na Região de Saúde Ilha do  
131 Bananal e uma na Sudeste e que em dois de setembro deverá ocorrer o último encontro que  
132 será na região Amor Perfeito. Disse ainda que a realização da oficina para capacitar os NEPs  
133 municipais ocorrerá em novembro. Senhora Socorro enfatizou que essas visitas têm a  
134 finalidade de promover uma escuta qualificada com vistas a diagnóstico da situação de cada  
135 municipal em relação à Educação Permanente – EP e para planejamento das ações de 2014.  
136 Senhora Márcia Valéria – ETSUS/CGES explicou que *“dentro da Assessoria de Gestão*  
137 *Educacional – ASSEGE tinha-se um núcleo responsável pela gestão da EP tanto estadual*  
138 *quanto municipal, porém os hospitais, por estarem sob gestão do Estado tem como fazer a*  
139 *gerência e nos municípios por estarem sob gestão municipal, nosso papel é fazer articulação,*  
140 *apoiar e por isso foi criado um núcleo específico para articulação junto aos municípios.”*  
141 Senhor Neirton – CES questionou se nessa mobilização da educação permanente está incluso  
142 EP para o controle social e se o NEP vai dar curso. Senhora Márcia Valéria esclareceu que o  
143 NEP vai discutir a EP, a necessidade do curso baseado nos problemas de trabalho e não no  
144 desejo de alguém que quer fazer. Senhora Linvalda complementou dizendo que *“o NEP vai*  
145 *fazer o diagnóstico daquele território, levantar todas as necessidades, vai fazer a articulação,*



146 *mas operacionalizar não.*” Senhora Irani Milech – CIR Cantão exemplificou que no município  
147 de Paraíso do Tocantins foi realizado o curso de Planejamento em Saúde e o Conselho  
148 Municipal de Saúde foi convidado a participar para que seja capacitado sobre os instrumentos  
149 de gestão e auxiliá-los a avaliar esses instrumentos, incluindo o Relatório Anual de Gestão –  
150 RAG. Senhora Linvalda disse que *“A EP se baseia em dois pilares – o da negociação, da gestão  
151 – e outro é o da educação voltada para a questão pedagógica, que é dos cursos. Neste  
152 momento estamos trabalhando, empoderando as pessoas a fazerem seus NEPs. Empoderando  
153 para daí a gente descentralizar a responsabilidade de um curso. A gente não quer apenas  
154 descentralizar recurso ou só descentralizar responsabilidades, primeiro a gente quer que as  
155 pessoas entendam o que é isso, para que elas mesmas proponham estratégias para resolver  
156 questões de seu território e não ser uma coisa da gente.”* Senhora Linvalda colocou ainda que  
157 quem propõe não deve executar, pois senão em algum lugar falha e que a preocupação  
158 sempre é maior com a execução do que com o planejamento, com a discussão, com um  
159 diagnóstico bem feito. Salientou que hoje na Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde  
160 Dr. Gismar Gomes – ETSUS tem duas diretorias, sendo um responsável pela gestão da EP e  
161 que não executa cuja responsável é a Senhora Márcia Valéria e a Diretoria de Educação  
162 Profissional - DEP que executa tudo. Complementou que não significa que a DEP não planeja  
163 suas ações, mas não é responsável pelo planejamento geral, para não haver paralelismos.  
164 Senhora Maria Conceição – COSEMS complementou dizendo que não se pode propor,  
165 executar, financiar e prestar conta ao mesmo tempo porque a legalidade não permite isso.  
166 Colocou também que participou do Encontro de Mobilização na Região do Cantão e que os  
167 municípios vivenciam a falta de sistematização e exemplificou que em seu município,  
168 Cristalândia tem um núcleo desde 2008, mas que ela nunca ouviu falar em NEP, nem as  
169 pessoas do núcleo ouviram falar e que recentemente houve a oportunidade de inscrever um  
170 projeto de Educação em Saúde junto ao Ministério. Disse que o município inscreveu um  
171 projeto de uma ação de sucesso que já acontecia no município e que o mesmo foi  
172 selecionado. Senhora Maria Conceição disse da importância de se sistematizar as ações que  
173 são realizadas e que irá levar para o Conselho Municipal de Saúde a necessidade de formalizar  
174 o Núcleo de seu município e parabenizou a iniciativa do NAEP de estar indo até os municípios  
175 ouvir, fazer um diagnóstico. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS disse que a primeira fase é fazer



176 o diagnóstico, depois qualificar a partir da escuta, a partir da necessidade dos municípios e  
177 que “*ai e que entra o trabalho de vocês que estão representando a Comissão Intergestores*  
178 *Regionais – CIR. A gente qualifica vocês aqui, mas vocês são a ponte de ligação entre os*  
179 *município de sua região e a CIES. Dar condições necessárias para que vocês façam o papel de*  
180 *gestão da EP em sua região chamando as pessoas, identificando essas necessidades. O*  
181 *município que tiver condições de fazer vai fazer, aquele que não tem condições vai ver se é o*  
182 *Estado, se não for o Estado, fazer essa busca. O segundo momento é a qualificação de vocês,*  
183 *devolverem isso para os municípios e fazer esse plano. É a partir do Plano Regional de Ações*  
184 *de Educação Permanente em Saúde - PAREPS, que a Senhora Karina irá apresentar, que*  
185 *teremos propostas que poderão ser financiadas.”* Passou-se ao item **4.4. Status PAS 2013 da**  
186 **Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO - Solicitante/Expositora: Márcia**  
187 **Valéria R. de Queiroz Santana – ETSUS/CGES.** Senhora Marluce – responsável pela CIES  
188 apresentou este item iniciando com o Objetivo, a Diretriz e a Ação contidas no Plano  
189 Plurianual – PPA, sendo: Objetivo: 0095 - Qualificar os trabalhadores do Sistema Único de  
190 Saúde do Tocantins com vistas à melhoria dos serviços ofertados; Diretriz 30: Formação e  
191 qualificação permanente dos trabalhadores do SUS/TO (482 do PPA – 2013); Ação:  
192 Qualificação e formação dos trabalhadores do SUS/TO em processos educacionais em saúde.  
193 Senhora Linvalda fez a observação de que o uso do termo “trabalhadores” do SUS e não  
194 profissionais, porque profissionais abrange apenas as quatorze áreas da saúde e o termo  
195 “trabalhadores” possibilita a capacitação de todos que estão na saúde, desde a recepção ao  
196 gestor, independente da formação, porém o recurso da Educação Permanente não permite a  
197 capacitação da comunidade. Senhora Marluce apresentou os recursos destinados às reuniões  
198 da CIES/CIB-TO, sendo R\$ 17.662,50 (dezesete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e  
199 cinquenta centavos) para diárias de servidor, R\$ 88.321,50 (oitenta e oito mil, trezentos e  
200 vinte e um reais e cinquenta centavos) para diárias de colaborador, R\$ 3.870,00 (três mil  
201 oitocentos e setenta reais) para Coffee Break. Para reuniões da CIES/Norte e CIES/Sul foram  
202 alocados para cada uma dessas atividades o valor de R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e  
203 quarenta reais) para diárias de servidor e R\$ 35.437,50 (trinta e cinco mil quatrocentos e  
204 trinta e sete reais e cinquenta centavos) para diárias de colaborador e que para Material  
205 Gráfico foi destinado o valor de R\$ 163.114,00 (cento e sessenta e três mil cento e quatorze



206 reais). Senhora Marluce colocou que devido à mudança de gestores e com a primeira visita  
207 realizada à região do Bico do Papagaio, observou-se que descentralizar a CIES como espaço  
208 formal de discussão como se tem hoje seria ainda inviável, porque há necessidade de  
209 amadurecimento desses municípios no que diz respeito à Educação Permanente e que esses  
210 Encontros de Mobilização visam não só a institucionalização de NEPs, mas de modo geral a  
211 EP, e a CIES também é parte disso. Para que se possa descentralizar a CIES é necessário  
212 empoderar esses gestores, esses técnicos, esses municípios em EP para que também  
213 coloquem suas ações de Educação em Saúde nos instrumentos de gestão. Informou que o  
214 recurso destinado às reuniões da CIES Norte e CIES Sul está sendo utilizado para pagamento  
215 de diárias da equipe técnica e dos participantes das regiões de saúde presentes nos Encontros  
216 de Mobilização e que o recurso referente ao material gráfico encontra-se em fase de  
217 elaboração de minuta de edital para licitação. Senhora Marluce disse que então os desafios  
218 para descentralização da CIEs são: novos gestores; conhecer a realidade dos municípios em  
219 relação à Educação Permanente e mapear os municípios com NEP instituídos e municípios  
220 com potencial para implantação de NEP e que para tanto está sendo feita mobilização através  
221 de Visitas Técnicas e Rodas de Conversa com as temáticas: Educação Permanente, Portaria N°  
222 1.996, NEP – Espaço da coletividade, CIES - Atribuições da CIR, CIB e CIES frente à PNEPS e  
223 Descentralização da CIES. Informou que o recurso utilizado é de R\$ 13.288,50 (treze mil  
224 duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), atualizados em 31 de junho quando  
225 ainda havia ocorrido apenas o Encontro da região do Bico do Papagaio e que a sobra de  
226 recurso que houver será destinado às ações que darão seguimento à descentralização da CIES  
227 Norte e Sul constantes na PAS 2014. Senhor Neirton - CES colocou que todos os gestores das  
228 três esferas de governo deverão garantir recurso prioritariamente para o Controle Social e os  
229 trabalhadores. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS esclareceu que o Ministério da Saúde tem  
230 várias linhas de financiamento e que a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde -  
231 PNEPS e Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS são  
232 exclusivas para trabalhadores e não é que o Ministério esta excluindo, mas que existe uma  
233 política e um financiamento exclusivos para essa área que chama ParticipaSUS que é quem  
234 tem a responsabilidade de estar qualificando o Controle Social. Continuou dizendo que o  
235 informe a fazer é nesse sentido e colocou que *“houve uma reunião com a toda a Região Norte*



236 *das Escolas para discutir PROFAPS e tem-se um aporte de recurso em torno de quase R\$*  
237 *500.000,00 (quinhentos mil reais) para qualificar 600 (seiscentos) conselheiros e capacitar*  
238 *outros trabalhadores da área da saúde que não fazem parte do programa de formação.”*  
239 Explicou que programa de formação é qualificar trabalhadores para serem técnicos ou pós-  
240 técnicos nas áreas de enfermagem, radiologia, hemoterapia, análises clínicas. Senhora  
241 Linvalda continuou dizendo que foi feito levantamento diagnóstico em 2011 para ver quais  
242 desses projetos não haviam sido realizados e que identificaram através dos secretários  
243 municipais de saúde e secretaria estadual de saúde que não deviam mais ser ofertados cursos  
244 técnicos, pois se estava fazendo desvio de função. Disse que se fez então planejamento  
245 baseado na necessidade onde identificou os Conselhos e outras áreas meio, como  
246 patrimônio, clima organizacional, gestão de pessoas. Informou ainda que em reunião no  
247 Amapá na semana anterior os técnicos do Ministério da Saúde questionaram no quesito  
248 conselho e de áreas meio, apenas não questionaram o curso Introdutório do SUS. Senhora  
249 Linvalda disse que eles questionam que esse recurso não pode ser usado para essa finalidade,  
250 não que não seja pertinente ou que as pessoas não têm que ser capacitadas. Referiu  
251 concordar no quesito Conselho, pois cinquenta por cento deste é composto de usuários.  
252 Segundo Linvalda, ela colocou a questão para a Secretária de Estado da Saúde e que irá  
253 agendar com o secretário Mozart que é o responsável por essa área e pedirá ao Ministério  
254 que coloque isso por escrito e acrescentou que os técnicos do Ministério também disseram  
255 que terá que arrumar outro aporte financeiro. Disse que *“como tudo foi feito de forma legal,*  
256 *aprovado na CIES e está tudo correndo com pareceres de PGE, Controladoria do Estado, acho*  
257 *que não estamos fazendo nada ilegal e que o encaminhamento feito é que será conversado*  
258 *com o secretário e ver como vamos nos comportar.”* Em resposta ao Senhor Neirton, Linvalda  
259 enfatizou que no quesito Conselho o recurso é pelo ParticipaSUS e que o recurso não dá para  
260 tudo, assim como em outras políticas. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGAE colocou que *“o*  
261 *Ministério tem o papel de buscar trabalhar de maneira específica os aspectos relacionados a*  
262 *trabalhadores, só que com relação a esses cursos como Clima Organizacional, aí, entra uma*  
263 *discriminação ao não considerar os trabalhadores como trabalhadores do SUS. É uma*  
264 *incoerência com quem está na área da gestão nos municípios e no estado, os que estão na*  
265 *área meio estão também do SUS, se estão dentro da estrutura de uma secretaria municipal de*



266 *saúde faz parte do SUS.”* Informou que quanto ao Conselho, este ano não veio recurso para  
267 gestão estratégica e participativa, que a portaria saiu no final do ano passado e que está  
268 trabalhando com rendimentos do ano passado. Senhora Maria Luiza disse ao Senhor Neirton  
269 que o Conselho em articulação com as Secretarias Executivas dos 26 (vinte e seis) Conselhos  
270 Estaduais e Distrito Federal devem pressionar o Ministério da Saúde em relação à qualificação  
271 dos conselheiros, porque *“se no Controle Social não é trabalhado qualificação é destinar o*  
272 *SUS ao fracasso.”* Colocou que os Conselhos devem pressionar a Secretaria de Gestão  
273 Estratégica e Participativa. Senhor Neirton informou que os vinte e sete Conselhos Estaduais  
274 estarão dias 28 e 29/08 em Brasília/DF. Colocou que não adianta chamar o Conselho para  
275 aprovar Relatório de Gestão, quer que chame o Conselho para planejar os próximos quatro  
276 anos e para isso os conselheiros precisam estar entendendo e precisa-se de recurso. Senhora  
277 Linvalda colocou como encaminhamento o envio das quatro portarias que tratam da PNEPS E  
278 PROFAPS. Passou-se ao item **4.5. TV ABEn – locais das Unidades Estaduais de Saúde**  
279 **destinados à realização do curso – Solicitante/Expositora: Márcia Cristina Godoy Siqueira –**  
280 **ETSUS/CEP.** O item foi apresentado pela Senhora Élen – ETSUS/ASSEDI que colocou que o  
281 projeto do curso visa capacitar enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem no próprio  
282 local de trabalho. Esclareceu que estão realizando visitas técnicas nos dezenove hospitais  
283 estaduais e que fará o relatório final para repassar à CIES. Colocou que os gestores têm  
284 demonstrado muito interesse, que foi constatado que uma grande parte dos hospitais não  
285 possui local adequado para realização, mas que ao fechamento de relatório será repassada a  
286 situação de cada unidade de saúde. Esclareceu ao Senhor Adson – CIR Cerrado Tocantins  
287 Araguaia que o curso está previsto para ser executado no ano que vem (2014). Senhora  
288 Márcia Valéria – SESAU/CGES disse que as visitas estão sendo realizadas por um técnico da TV  
289 ABEn e um técnico da ETSUS para ver qual seria a adequação necessária para cada unidade,  
290 se há sala para isso, se tem outro espaço que pode ser adequado e/ou qual é a adequação,  
291 pois pode ser só um ar condicionado ou instalação elétrica, e outras necessidades a própria  
292 parceria com a TV ABEn pode sanar. Passou-se ao item **4.6. Curso de Gestão da Vigilância e**  
293 **Proteção à Saúde – Solicitante/Expositora: Wilma Galvão – FUNTROP.** Senhora Wilma  
294 colocou que a Fundação de Medicina Tropical - FUNTROP tem enfrentado dificuldades na  
295 execução de alguns cursos que foram repassados em parceria com o Programa Estadual de



296 Educação Permanente e que o curso em pauta é o de Gestão da Vigilância e Proteção à Saúde  
297 que faz parte do PEP de 2008. Disse que o curso foi repassado para a fundação para ser  
298 executado em parceria com a Diretoria Estadual de Vigilância em Saúde, porém não foi  
299 realizado em 2009 nem em 2010. Continuou dizendo que em 2011 o saldo foi repactuado na  
300 CIES, pois ainda havia a necessidade do curso. Informou que o curso era dirigido aos gestores  
301 de vigilância e ao iniciar os processos para execução, compraram materiais e esbarraram no  
302 processo de licitação de passagens aéreas que demorou um ano. Disse que o curso seria  
303 realizado por profissionais de fora do Estado e que não foi aceito pela Diretoria de Licitação  
304 que cancelou o processo para passagens áreas diante do entendimento que deveria ser junto  
305 com o processo de educação e que, então este ano entrou novamente com os processos.  
306 Senhora Maria Luiza – SESAU/DGAE disse que passagem aérea é um processo só com todas as  
307 fontes e que depois só faz o pedido para baixar em ata. Senhora Wilma disse que esse  
308 entendimento só foi construído depois de aberto o processo e que agora tem que aguardar a  
309 abertura do mesmo esse ano. Senhora Maria Luiza informou que o processo já foi aberto e  
310 que é só solicitar em ata, inclusive o de hotelaria e Senhora Wilma colocou que a informação  
311 que tem é que os processos da Fundação são separados da SESAU por ser uma autarquia.  
312 Senhora Maria Luiza sugeriu que procure os Senhores Hernani ou Rodolfo da área da  
313 Licitação ou Rodrigo do Administrativo para orientação como baixar em ata os processos.  
314 Senhora Wilma pontuou que outra dificuldade é recrutar docentes e que a Diretoria de  
315 Vigilância em Saúde ficou encarregada de selecionar os mesmos, porém o edital foi aberto  
316 mais de uma vez e não teve inscritos e que foi usada a estratégia de recrutamento baseado  
317 no currículo, experiência e envolvimento do profissional com a área afim, mas também não  
318 teve êxito. Os profissionais contatados têm agenda lotada e não foi possível fechar  
319 cronograma, pois quando tinha docente para um módulo não tinha para o outro já que o  
320 curso é de 120 (cento e vinte) horas dividido em três módulos. Senhora Wilma colocou que trás  
321 para reunião essa preocupação, pois o recurso existe, o material já foi comprado e está  
322 parado e não se consegue executar o curso e que há a possibilidade de devolver o recurso ao  
323 Estado para repactuar para outra demanda. Senhora Márcia Valéria – ETSUS/CGES disse que  
324 *“primeiro tem que se pensar se a necessidade de 2008 é ainda a mesma em 2013, depois se os*  
325 *problemas colocados da ata são possíveis de sanar, outra questão é a federalização da*



326 *FUNTROP, pois serão outros gestores com outras possibilidades e então nesse sentido é para*  
327 *nos resguardar em relação a esse recurso, se é viável ir atrás de sanar esses problemas ou*  
328 *trazer para CIES para repactuação para atender outra necessidade, pois em relação aos*  
329 *insumos já comprados que tem data de validade, como açúcar, café, água, alguns foram*  
330 *comprados em 2011 outros em 2012.” Senhora Márcia Valéria informou à Senhora Adeusvi –*  
331 CIR Amor Perfeito que os cursos a serem ofertados são de Gestão da Vigilância e Proteção à  
332 Saúde e Curso Básico de Vigilância em Saúde. Senhora Wilma colocou ainda que o Curso  
333 Básico de Vigilância em Saúde é novo e foi repassado para a Fundação no fim do ano passado  
334 (2012) e que já está encaminhado em parceria com a ETSUS onde os editais estão prontos e  
335 está sendo feito o processo seletivo tanto de discente como docente. Senhora Wilma  
336 informou ao Senhor Neirton – CES que o curso de Gestão da Vigilância e Proteção à Saúde  
337 tem noventa vagas destinadas apenas a gestores estaduais e de que o Estado tem cerca de  
338 cento e vinte gestores de vigilância dentro da Diretoria de Vigilância. Senhora Márcia Valéria –  
339 ETSUS/CGES disse que a Senhora Wilma veio prestar esclarecimento da situação do curso  
340 junto à FUNTROP e que como encaminhamento fica agendar reunião com Diretoria de  
341 Vigilância e Proteção à Saúde para discutir a necessidade do curso e que se constatado a  
342 necessidade, verificar se tem que trazer professores de fora ou se após cinco anos já não se  
343 tem profissionais capacitados no Estado do Tocantins e trazer relato dessa reunião e/ou  
344 possibilidade de repactuar o recurso. Passou-se ao item **5.2. Questões administrativas da**  
345 **CIES – Solicitante/Expositora: Marluce Pilger – Responsável pela CIES/CIB-TO.** Senhora  
346 Marluce solicitou que componentes, inclusive os residentes em Palmas/TO, que ainda não  
347 enviaram as documentações solicitadas que enviam à Secretaria Executiva. Foi dado  
348 seguimento com o item **2. Momento Formativo. 2.1. Plano de Ação Regional de Educação**  
349 **Permanente em Saúde – PAREPS. Expositora: Karina Maschietto – CGES/ASSECTI.** Senhora  
350 Karina apresentou a experiência da construção do Plano de Ação Regional de Educação  
351 Permanente em Saúde – PAREPS no ano de 2012, das oficinas descentralizadas realizadas em  
352 todo o estado. Colocou que o objetivo das oficinas foi subsidiar a elaboração – por parte dos  
353 municípios - de projetos de processos educacionais, e elencar os cursos prioritários  
354 destinados aos trabalhadores do SUS, de acordo com manifestação dos gestores municipais,  
355 em consonância com os preceitos da regionalização, e a partir das reuniões das Comissões



356 Intergestores Regionais (CIR). Colocou que a construção das Oficinas começou com a  
357 realização de três oficinas internas para seleção de facilitadores que estariam envolvidos no  
358 processo, sendo alguns da ETSUS, outros da SESAU como um todo e que foi montado material  
359 como tutorial e levado às quinze regiões de saúde, à época. Depois foi realizada uma oficina  
360 de repescagem, em Palmas/TO, para aqueles municípios que não estiveram nas oficinas em  
361 suas regiões de saúde. Disse ainda que para contemplar alguns gestores e técnicos foi  
362 realizada oficina via Web Conferência. Explicou que o trabalho iniciou com convite, via ofício,  
363 a todos os municípios, feito contato telefônico e enviado formulário para levantamento de  
364 demandas de processos educacionais com 36 (trinta e seis) opções de cursos; de curta, média  
365 e longa duração e espaço para que eles pudessem sugerir cursos que não estavam elencados  
366 no formulário. Senhora Karina disse que nas oficinas foram trabalhados: Princípios e  
367 Diretrizes da Educação Permanente; Análise de Situação de saúde da CIR; Apresentação dos  
368 critérios para a elaboração e regulação de Projetos de Processos Educacionais em Saúde  
369 (PPES) financiáveis que comporiam os Planos de Ação Regional de Educação Permanente em  
370 Saúde – PAREPS - que subsidiariam a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente  
371 em Saúde do Tocantins 2012 – PEP 2012. Colocou que na oficina também foi apresentada as  
372 bases legais, sendo: a Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90 e Portaria GM/MS nº 1.996,  
373 de 20 de agosto de 2007: Política Nacional de Educação Permanente. Senhora Karina  
374 informou que a condução regional da PNEPS se dá por meio das CIR e das CIES e apresentou  
375 dados trabalhados na Oficina da Região Médio Araguaia. Explicou que foram levados os  
376 critérios para elaboração dos Projetos de Processos Educacionais em Saúde - PPES para que  
377 soubessem qual município atendia os mesmos, podendo, assim, fazer a gestão dos recursos  
378 financeiros. Senhora Karina que dentre os critérios, estavam o público-alvo: os Projetos de  
379 Processos Educacionais em Saúde (PPES) devem estar direcionados aos profissionais da  
380 Atenção Primária nos municípios, considerando-se sua responsabilidade sanitária; os  
381 indicadores de saúde baseados na morbimortalidade: os PPES devem estar voltados às  
382 doenças hipertensivas, ao controle da diabetes, aos problemas gerados pelo abuso do álcool  
383 e outras drogas; as competências/pactuações: os PPES devem estar voltados à competência  
384 do Município, ou seja, Atenção Primária e observar as pactuações existentes em relação ao  
385 fortalecimento das redes Cegonha, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial; e possuir



386 Núcleo de Educação Permanente (NEP) municipal. Disse também que os PPES deveriam ter  
387 carga horária de até 40 (quarenta) horas/aula, enquadrando-se como Processo Educacional  
388 em Saúde de curta duração, pois os PPES de média e longa duração seriam conduzidos pela  
389 SESAU-TO por meio da DGETSUS. Senhora Karina disse que foi fornecido memória de cálculo  
390 de custo por aluno como referência para elaboração dos projetos baseado em série histórica  
391 dos cursos ofertados pela ETSUS. Informou que os PPES aprovados mediante Resolução da  
392 CIB, são financiados com recursos provenientes da Política Nacional de Educação Permanente  
393 em Saúde – PNEPS (mediante publicação de Portaria GM/MS/PEP-2012). Haverá transferência  
394 de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para a conta bancária do Fundo Municipal de  
395 Saúde (FMS) indicado no Projeto. Senhora Márcia Valéria – ETSUS/CGES esclareceu que os  
396 projetos não foram executados por não ter saído portaria ministerial que dispõe sobre o  
397 recurso da PNEPS para 2012. Senhora Karina colocou que há a possibilidade dos municípios  
398 revisitarem esses projetos e readequarem ou reverem as demandas. Senhora Márcia Valéria  
399 informou à Senhora Irani – CIR Cantão que assim que o Ministério apontar para a publicação  
400 da Portaria irá abrir para os municípios reverem seus projetos e que aqueles que não  
401 apresentaram tenham a oportunidade de fazê-lo. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS disse que  
402 se pode negociar quando (re) fazer o PAREPS e “queremos empoderar os municípios a fazer  
403 isso. É claro que quanto mais tempo se tem para planejar melhor, porque quando a portaria  
404 sai o prazo é curto”. Colocou que o que não é viável é repassar esse recurso para os  
405 municípios via Convênio, o ideal é que quando o PAREPS for feito seja já homologado na CIB  
406 para que o repasse seja direto do Fundo Nacional de Saúde – FNS para o Fundo Municipal de  
407 Saúde - FMS e que o município venha depois só fazer prestação de contas. Disse que também  
408 não impossibilita do processo ser realizado todo na ETSUS, como edital de processo seletivo,  
409 material e a execução seja feita no município. Senhora Irani colocou que o recurso fundo a  
410 fundo às vezes é usado para outras atividades que não aquelas a que ele se destina e Senhora  
411 Linvalda pontuou a importância de se organizar e colocar nos instrumentos de gestão a ação a  
412 ser executada para que dificulte esse tipo de atitude por parte do gestor, e enfatiza a  
413 importância do NEP nesse sentido. Senhora Maria Luiza – SESAU/DGAE colocou que os  
414 gestores necessitam de se empoderar de como funciona o processo de compra de serviço  
415 dentro da pasta pela qual respondem, ter o conhecimento administrativo para fazer gestão,



416 operacionalizar recursos e Senhora Irani disse que os gestores tem interesse em saber como  
417 funciona, mas não tem paciência para ficar sentado para aprender. Senhora Karina –  
418 ETSUS/ASSECTI voltou a explicar que os PPES foram pactuados nas respectivas CIRs por meio  
419 do instrumento CONSENSO CIR. Depois foram entregues a DGETSUS para análise técnica. Os  
420 PPES que se enquadraram nos critérios estabelecidos nesta Portaria foram encaminhados à  
421 CIES e à CIB para apreciação. Colocou que quando iniciar o processo de execução, os  
422 municípios contemplados com o financiamento para seus PPES devem apresentar em reunião  
423 ordinária da CIES, trimestralmente, um relatório técnico-financeiro do andamento das  
424 atividades planejadas com base na proposição técnica e orçamentária descrita no mesmo.  
425 Disse, ainda, que como resultado das oficinas obteve-se a participação de 100 (cem)  
426 municípios, representando um percentual de 72% aproximadamente; 75 (setenta e cinco)  
427 encaminharam o Formulário para levantamento de demandas de processos educacionais.  
428 Senhora Karina colocou que a análise dos dados mostrou que: cursos de menor duração  
429 apresentaram maior interesse; dos treze cursos ofertados para nível superior, onze foram  
430 solicitados por mais de 50% dos municípios. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS colocou que  
431 muitos desses cursos já foram ou estão sendo ofertados como Enfermagem, tanto atualização  
432 na Urgência e Emergência, como Estratégia de Saúde da Família, Agente Comunitário,  
433 Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão no Trabalho, entre outros.  
434 Senhora Karina colocou que os cursos técnicos foram os menos solicitados e o maior interesse  
435 foram cursos de menor duração e que dos dezesseis municípios que sugeriram cursos, a  
436 temática mais solicitada foi Curso de Acolhimento. Senhora Linvalda colocou que o interesse  
437 é fazer esse mesmo movimento com os novos gestores, mas que antes é necessário verificar  
438 se a demanda desses cursos continua a mesma. Senhor Neirton – CES colocou que se sente  
439 contemplado enquanto trabalhador, mas que sua frustração é não estar sendo trabalhado o  
440 controle social, que os mesmos não estão sabendo disso. Disse que o Conselho é chamado,  
441 aprova, mas em nenhum momento fala em representante do Conselho. Senhora Linvalda  
442 colocou a pertinência da colocação do Senhor Neirton e que o papel dos representantes da  
443 CIES, como Conselhos e CIRs é de trazer as questões para a CIES e de levar aos seus espaços o  
444 que está sendo discutido aqui. Senhora Márcia Valéria destacou que todos os critérios  
445 referentes ao PAREPS foram apresentados ao Conselho Estadual de Saúde antes de iniciar as



446 oficinas regionalizadas. Senhor Neirton disse que sua reclamação é que os Conselhos  
447 Municipais não são envolvidos e Senhora Linvalda colocou que nesse sentido não é da  
448 competência dessa comissão. Senhor Neirton explicitou que não tem como pensar em  
449 Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde – COAP sem passar nos Conselhos Municipais  
450 de Saúde e muita coisa que está aí não é a realidade da sociedade. Senhora Maria Luiza -  
451 colocou que a CIR é fórum de pactuação da operacionalização do serviço e o que cada  
452 conselho deliberou a ser feito, a CIR discute junto com Estado e municípios, para poder  
453 cumprir o que foi determinado e então, nesse espaço, o Conselho é mais ouvinte. Senhora  
454 Adeusvi – CIR Amor Perfeito disse não ver o CES participar junto aos CMS. Disse que o CES  
455 chega cobrando e que está faltando um trabalho da CES perante a comunidade, dizendo qual  
456 a função do conselheiro, porque eles têm que atuar, aperfeiçoar, se qualificar. Senhora  
457 Márcia Valéria propôs como encaminhamento para reunião de novembro momento  
458 formativo com a temática: Papel do Conselho. A reunião foi encerrada às doze horas e vinte e  
459 cinco minutos e eu, Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana, Secretária Executiva desta  
460 Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do  
461 Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata que após aprovada será assinada pelos membros  
462 presentes nesta reunião.

***MEMBROS DA CIES PRESENTES NA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO***

***23/08/2013***

Adeusvi Moreira dos Santos	
Adson Coelho Miranda	
Andrea Siqueira Montalvão	
Andreis Vicente da Costa	
Ellys Symone Gomes de Arruda	
Fernanda C. B. Moura C. Queiroz	
Irani Schellin Milech	
Karina Maschietto L. Assis	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Lucione de Oliveira Negre	
Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana	



Maria Conceição Nunes Brito	
Maria Lúcia de O. Sousa	
Maria Luiza Salazar Freire	
Neirton José de Almeida	
Raimundo Cavalheiro Neto	
Sayonara B. S. Guimarães	
Shirley Stofer	